

1 **ATA DA 69ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 09/04/2022.**
3

4 Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, com início às 09h, realizou-se,
5 presencial e online, a 69ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de
6 Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson
7 Nazareno Matos; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar Capdeville; Fabrício Júnio
8 Rocha Ribeiro; Jéssica Gabriella de Souza Isabel; Lourdes Aparecida Machado; Luiz Felipe
9 Viana Cardoso; Paula Lins Khoury; Reinaldo da Silva Júnior; Renata Ferreira Jardim de
10 Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida; Suellen Ananda Fraga; Ted Nobre Evangelista
11 e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros Suplentes:** Camila Bahia Leite; Cristiane
12 Santos de Souza Nogueira; João Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins; Luís
13 Henrique de Souza Cunha; e Marleide Marques de Castro. **Quórum de Conselheiros**
14 **Efetivos:** Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes,
15 totalizando 14, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheiro efetivo João Henrique
16 Borges Bento. **Justificativas de ausência:** Bruna Rocha Diniz de Almeida; Elza Maria
17 Gonçalves Lobosque; Larissa Amorim Borges; Rodrigo Padrini Monteiro; Thiago Ribeiro de
18 Freitas e Walter Melo Júnior, justificaram ausência. **Assuntos tratados:** Informes: 1)
19 COREP: O Conselheiro Luis Henrique Informou que a organização do COREP foi muito
20 difícil, porém no final conseguiu cumprir o papel. 2) Atividade com Psicóloga palestina -
21 Comissão de Orientação em Migração, refugiados, tráfico de pessoas e subjetividades: O
22 Conselheiro Reinaldo Júnior informou que o Coordenador da Comissão de Orientação em
23 Migração, refugiados, tráfico de pessoas e subjetividades Henrique Galhano está
24 articulando a vinda de uma psicóloga palestina que trabalha na Faixa de Gaza para um
25 evento no CRP-MG. O CFP e a Unb irá bancar a vinda da psicóloga palestina para o Brasil.
26 O Conselho arcaria com os custos de Brasília-DF para Belo Horizonte-MG. Tentará
27 articular na APAF de Abril/2022 com o CFP. 3) Participação da Comissão de Psicologia,
28 Gênero e Diversidade Sexual no I Seminário de Saúde Integral da População LGBT de
29 Contagem: O Conselheiro João Henrique participou juntamente com a Conselheira Liliane
30 Martins e o Coordenador da Comissão de Orientação em Psicologia, Gênero e Diversidade
31 Sexual Breno Martins do I Seminário de Saúde Integral da População LGBT de Contagem.
32 O evento foi feito de última hora. Ressaltou que foi um momento muito rico e contou com a
33 participação do Andrey Lemos de Brasília-DF e teve como tema “Política de Saúde Integral
34 LGBT”. O CRP teve uma participação muito grande na organização do evento com o
35 custeio da vinda do convidado e a participação em mesas. A Conselheira Liliane Martins
36 informou que a Política Estadual de Saúde Integral LGBT foi implementada e é necessário
37 que os municípios implantem a Política. Alguns municípios estão se organizando para
38 implementar a Política, entre eles Pará de Minas-MG, Juiz de Fora e Uberlândia-MG. 4) 25º
39 Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção – ENAPA: O Conselheiro João Henrique
40 informou que a ANGAAD – Associação Nacional de Grupos de Apoio a Adoção organiza
41 um Encontro Anual de Grupos de Apoio à Adoção geralmente no mês de junho/2022. Este
42 ano será realizado em Araxá-MG entre os dias 09 e 11 de junho/2022. O evento é voltado
43 para a convivência familiar e comunitária, para fortalecimento dos vínculos familiares e
44 incentivo a adoção segura. Ressaltou que existe um método que não é legal e nem seguro
45 chamado de adoção brasileira. Neste processo tem também uma questão de
46 enfrentamento do judiciário. Em Araxá-MG existem 2 Varas da Infância e Juventude e os
47 processos da infância e juventude são divididos com as áreas criminais. A Vara Criminal
48 tem um Código de Processo Penal que é muito moroso e com muitas datas específicas.
49 Com isso, vai deixando a infância e adolescência de lado. 5) Congresso Psicologia e
50 Cannabis: O Conselheiro Anderson Matos informou que o Congresso Psicologia e
51 Cannabis acontecerá nos dias 15 a 17/09. Está solicitando parceria com entidades, como a
52 UFMG, por exemplo, para conseguir o espaço para realização do Congresso. A
53 organização está sendo feita juntamente com um Coletivo chamado Psicocannabis em uma
54 lógica de horizontalidade e de parceria. Tem um aluno da UFMG que está na Comissão

55 deste o tempo que era Grupo de Trabalho e as reuniões do Grupo ensejaram uma
56 publicação. Foi feito o convite a estas(es) psicólogas(os) para escreverem artigos. Mesmo
57 assim ainda, tinha um número pequeno de capítulos. A partir desta constatação abriu para
58 a Comissão, quem quisesse escrever. O aluno propôs 3 temas para escrever e 2 outros
59 participantes escreveram um capítulo junto com ele. Ocorre que o artigo não ficou
60 satisfatório e reprovou a publicação do texto no livro. Deu o retorno ao estudante e este
61 ficou muito exaltado. Este mesmo aluno ficou responsável por fazer a articulação de
62 reunião na UFMG para conseguir o espaço para realizar o evento. O Conselho formalizou o
63 Ofício e enviou para os Professores da UFMG e o aluno. O Professor ao invés de
64 responder ao Ofício, retornou ao aluno, marcando uma reunião. Então, apesar de saber
65 que teria uma reunião marcada, não se sentiu à vontade para participar por não ter sido
66 convidado enquanto representante do Conselho. O Conselheiro Anderson Matos está
67 entrando novamente em contato com a UFMG pedindo o espaço. É necessário fazer isso
68 com uma certa celeridade porque mesmo o evento ocorrendo em Setembro/2022, é preciso
69 realizar algumas reuniões, a licitação que tem que ser feita e o lançamento da publicação
70 no evento. 6) Articulações e parcerias para implementação da Lei 13.935/19: Conselheiro
71 Luis Henrique informou que a Comissão está em outro momento. No começo fez muita
72 incidência pela contratação e agora é preciso orientar os contratados. Fazer a função do
73 CRP de mediação entre a categoria e a sociedade garantindo a boa prestação de serviços.
74 Neste sentido, a Comissão tem feito orientações sempre que tem conhecimento de
75 profissionais atuantes, já contratados, para garantir que as propostas de trabalho, a
76 prestação de serviço de psicologia esteja conforme aquilo que temos de diretrizes ético-
77 políticas. Assim tem tido muito sucesso nestas orientações. Foram realizadas em Montes
78 Claros-MG, Bocaiúva-MG, Sete Lagoas e tem aparecido outros espaços. Com isso se
79 desdobra as ações junto a outras Comissões, como a COF, por exemplo. 7) CES-MG: A
80 Conselheira Lourdes Machado informou que ocorrerá a 5ª Conferência Estadual de Saúde
81 Mental nos dias 19, 20 e 21/05. Explicou que as Conferências Municipais que acontecerem
82 após o dia 24/04 deverão enviar uma justificativa para o e-mail institucional da Conferência,
83 uma vez que o Relatório Final tem que ser enviado até o dia 1º/05 para entrega das
84 propostas. Além de fazer até o dia 30 a comissão de relatoria não pode atrasar. Elucidou
85 que para fazer a Conferência Estadual não tinha local e as datas possíveis para realização
86 na Serraria Souza Pinto foram estas. As Comunidades Terapêuticas estão atuantes nas
87 Conferências Municipais e vindo para o enfrentamento. Não está tendo espaço para as
88 eleições de representações das mesmas porque devem ser considerados serviços
89 substitutivos e as comunidades terapêuticas não se enquadram. Informou ainda, que nos
90 dias 08 a 11/11 acontecerá a Conferência Nacional de Saúde Mental. A logo foi criada e
91 elaborada por um usuário de Itaúna-MG. 8) Nomeação da Secretaria Municipal de Saúde
92 de Belo Horizonte-MG: A Conselheira Lourdes Machado informou que está acontecendo
93 uma mobilização contrária a nomeação de uma representante do CRM para a Secretaria
94 Municipal de Saúde de Belo Horizonte-MG. Na primeira reunião participou o Conselheiro
95 Reinaldo Junior, na seguinte a Colaboradora Marta Elizabete e na última reunião o
96 Conselheiro Anderson Matos. Toda quarta-feira acontecerá uma reunião. A Conselheira
97 Lourdes Machado fez um apelo para que tenha um representante fixo do CRP-MG para
98 participar destas reuniões. O Conselheiro Reinaldo Júnior ponderou que não é possível
99 ficar indicando diversos nomes e solicitou a indicação de um único nome. Propôs que a
100 Comissão de Orientação em Psicologia na Saúde pudesse fazer esta indicação. A
101 Conselheira Cláudia Espósito informou que a psicóloga Áquila faz parte da Comissão e é
102 de BH. Verificará com a mesma a disponibilidade de participação. 8) GT POP RUA - Sobre
103 o processo de trabalho: A Conselheira Jéssica Souza informou que será feito um Seminário
104 sobre Moradia Primeiro. Elucidou que já existem dois livros sobre o assunto. 9) 30h para a
105 Psicologia: A Conselheira Lourdes Machado informou que será apresentado um PL pela
106 Deputada Estadual Beatriz Cerqueira sobre a jornada de até 30h para a psicologia.
107 Solicitou uma articulação e uma incidência política e mobilização pelas(os)
108 Conselheiras(os). Pontos da COE: O Conselheiro Fabrício Ribeiro apresentou os seguintes

109 pontos de pauta: 1) Processo 019/16: Relatora Conselheira Cláudia Espósito. Solicita
110 agendamento de data de julgamento **Deliberação**: O XVI Plenário agendou o julgamento
111 para o dia 13/05 às 10h. 2) Processo 010/17: Relator Conselheiro Luiz Felipe Viana
112 Cardoso. Solicita agendamento de data de julgamento. **Deliberação**: O XVI Plenário
113 agendou o julgamento para o dia 13/05, às 14h. COF: A Conselheira Cláudia Espósito
114 apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Texto em resposta às demandas trabalhistas:
115 A Conselheira Cláudia Espósito informou que a COF vem recebendo diversas demandas
116 trabalhistas e a Diretoria encaminhou solicitação de elaboração de texto em resposta O
117 pedido foi que este texto fosse mais acolhedor. Foi discutido na COF que a questão
118 trabalhista não é função precípua e o CRP se responsabilizar por esta discussão, apenas
119 como uma intermediação. Colocou que esta resposta política deve ser feita pelo Antônio
120 Coquito, apresentando o que o CRP vem fazendo de articulação. Em seguida fez a leitura
121 da proposta de resposta e colocou para aprovação pelo Plenário. **Deliberação**: O XVI
122 Plenário aprovou por 19 votos favoráveis o texto de resposta a demandas trabalhistas 2)
123 Orientação sobre publicidade profissional - Clínica social: A Conselheira Cláudia Espósito
124 fez a leitura de proposta de redação de cartilha orientativa sobre publicidade profissional –
125 Clínica Social. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou que nas redes sociais está vendo
126 muita divulgação da clínica com dizeres tais como “você já marcou a sua terapia?”.
127 Questionou a repetição nos stories do profissional para chamar a atenção. A Conselheira
128 Cláudia Espósito ressaltou que a divulgação do trabalho do profissional não fere o Código
129 de Ética, mas a concorrência desleal, o preço diferenciado, a utilização de cupom, pacotes
130 pode levar a incorrer em falta ética. O Conselheiro Luis Henrique colocou a importância da
131 discussão sobre o valor social, porque está sendo muito utilizado pela categoria e tem o
132 Art. 20 inciso d) do Código de Ética “não utilizará o preço do serviço como forma de
133 propaganda do Código de Ética” citado pela Conselheira Cláudia Espósito e a sua
134 inobservância pode levar a falta ética. A Conselheira Evely Capdeville defendeu o uso do
135 valor social para grupo de coletivos, mas podem acontecer de uma(um) psicóloga(o) em
136 sua clínica particular pode avaliar o preço junto com o poder aquisitivo de seu paciente,
137 sem, contudo, ser considerado um valor social. A Conselheira Cláudia Espósito elucidou
138 que o problema é divulgar um preço social nas redes sociais. Colocar o preço mais baixo
139 para captar pacientes. É permitida a negociação, porém sem dar visibilidade para atrair
140 novos clientes. O Conselheiro Luiz Felipe informou que na APAF será votada a Resolução
141 da Psicoterapia. Sugeriu aguardar esta aprovação e publicação e acrescentar à cartilha
142 elementos da Resolução. A Conselheira Cláudia Espósito colocou que o texto pode
143 retornar para a COF. A Conselheira Liliane Martins indagou se na clínica social pode
144 colocar o valor social e na propaganda da clínica particular não pode divulgar o valor. Se
145 em um caso pode deveria ser disponibilizada para todos. Se tira a possibilidade o que
146 colocar no lugar? Ponderou que existem muitos profissionais que iniciam com o valor social
147 e depois abrem a sua própria clínica. A Conselheira Cláudia Espósito explicou que não está
148 sendo dito da remuneração do profissional e sim da divulgação do valor social. O
149 Conselheiro Luis Henrique elucidou que o preço não pode ser utilizado como forma de
150 acesso ao serviço de psicologia. A Conselheira Suellen Fraga reforçou que existem muitas
151 confusões com o termo preço social com psicologia social. A Clínica Social é muito pouco
152 utilizada, concordou que a prática deve ser diferenciada do valor. Sugeriu ser tratado nos
153 CRPs pelo Campus. A ideia do preço social tem a impressão do que é considerado social,
154 que remete à problema e a dificuldade de pagar. Costuma optar por preço módico, para
155 minimizar esta confusão. Sugeriu a proposição de alteração no texto colocar “tabela da
156 FENAPSI disponível no site do CRP-MG”, para referenciar à FENAPSI. O Conselheiro João
157 Henrique ponderou sobre o parágrafo que colocar a clínica social poder e um empresário
158 individual não poder atender a este público como demanda social. A palavra social pode
159 estar sendo mal utilizada. Entende ser possível pelo profissional autônomo realizar o
160 atendimento, sem ferir o código de ética, desde que não seja utilizado para fazer uma
161 cartela de clientes. O Conselheiro Luiz Felipe ressaltou que o texto traz uma reflexão
162 interessante, talvez será necessário a redação de outros documentos para tratar da

163 publicidade profissional. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou que pensou na
164 possibilidade de criação de um marco regulatório para a situação da divulgação nas redes
165 sociais. Pontuou que se se for visto nas redes sociais divulgações que sejam para fins de
166 angariar clientes por meio de preço social estas devem ser denunciadas. O Conselheiro
167 Luis Henrique ressaltou que o tempo de duração da sessão não pode ser diferenciado no
168 preço social e o número de sessões também devem ser mantido, para não configurar
169 vantagem mercadológica. A Conselheira Evely Capdeville indagou sobre o parágrafo que
170 trata do atendimento online. Questionou se é necessário dizer isso, como uma exceção. A
171 Conselheira Cláudia Espósito informou que é exigido das plataformas que divulguem o
172 preço, quem coloca o valor e o tempo da consulta é a(o) psicóloga(o) cadastrada(o) na
173 plataforma. Só foi mencionado pela característica desta plataforma. A Conselheira Rita
174 Almeida informou que foi abordada por um profissional a respeito do preço a ser cobrado.
175 Perguntou ao profissional se o preço é para você atender a população ou para atender a
176 sua necessidade de colocação no mercado? **Deliberação:** Após discussão o XVI Plenário
177 aprovou por 17 votos favoráveis a redação da cartilha de orientação sobre publicidade
178 profissional - Clínica social. CDH: O Conselheiro Luiz Felipe informou que recebeu
179 denúncia remetida à Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e a CDH. Em
180 seguida fez a leitura da denúncia contra uma Comunidade Terapêutica localizada em Santa
181 Luzia-MG e colocou para discussão do Plenário. A Conselheira Paula Khoury propôs que
182 seja apresentada denúncia à COE contra a psicóloga da Comunidade Terapêutica, ou a
183 COF fazer a fiscalização e depois remeter à COE. A Conselheira Lourdes Machado
184 ressaltou que a Comunidade Terapêutica envolve várias situações. Sugeriu levar a
185 denúncia para o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e ao Ministério Público e
186 propor uma vistoria à Comunidade Terapêutica, a partir do Relatório da COF. A
187 Conselheira Jéssica Souza sugeriu acrescentar as Diretorias Municipais e Estaduais de
188 Saúde Mental e do Controle Social. A Conselheira Cristiane Nogueira reforçou que as
189 fiscalizações e inspeções em Comunidade Terapêutica seriam feitas somente por meio de
190 parceria com órgãos públicos. Ao fazer a fiscalização deve ser analisado para além da
191 atuação da(o) profissional também as violações de Direitos Humanos na instituição.
192 **Deliberação:** O XVI Plenário deliberou por aprovar a realização da fiscalização na
193 Comunidade Terapêutica pela COF em articulação com a Conselheira Cristiane Nogueira
194 representando a Comissão de Orientação em Psicologia, Saúde Mental, Álcool e outras
195 Drogas. Relatório de PF e PJ – Inscritas e canceladas no período de 16/03/22 a 31/03/2022
196 O Conselheiro Luiz Felipe apresentou 3 listagens, do período de 16/02/2022 a 15/03/2022,
197 para aprovação do Plenário, conforme art. 4º §4º da referida Portaria, sendo 252 novas(os)
198 inscrições Pessoa Física; 6 cancelamentos Pessoa Física; e 9 novas inscrições Pessoa
199 Jurídica. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 17 votos favoráveis as listagens de
200 inscrições e cancelamento de Pessoa Física e de inscrições de Pessoa Jurídica, conforme
201 art. 4º §4º da Portaria CRP/04 Nº 10/2020. Comissão de Título de Especialista: O
202 Conselheiro Luiz Felipe em virtude da ausência justificada da Conselheira Elza Lobosque
203 apresentou parecer pela aprovação de 13 títulos de especialista destes 03(três) em
204 Psicologia do Trânsito; 03(três) em Neuropsicologia; 03(três) em Psicologia em Saúde;
205 02(duas) em Psicologia Jurídica; 01(um) em Psicologia Clínica; 01(um) em Psicologia
206 Escolar/Educacional. Pelo indeferimento de 10 títulos de especialistas. **Deliberação:** O XVI
207 Plenário aprovou por 17 votos favoráveis a concessão de 13 títulos de especialista e o
208 indeferimento de 10 títulos de especialista. Discussão dos pontos da 2ª remessa da APAF:
209 O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que o CFP encaminhou a 2ª remessa da APAF de
210 Abril/2022 e foram acrescentados os seguintes pontos: 1) Discussão a respeito do Estágio
211 de Pós-Graduação de Psicologia: A Conselheira Cláudia Espósito informou que não há
212 uma discussão pelo CFP a respeito. A COF está aguardando um posicionamento. Teve
213 uma reunião com os profissionais da justiça que estão aguardando uma resposta. O
214 Conselheiro Reinaldo Júnior informou que a proposta do ponto é construir um
215 posicionamento do Sistema Conselhos a respeito da prática de estágio de pós-graduação,
216 considerando principalmente a experiência do Sistema Judiciário. Indagou qual será o

217 posicionamento a respeito. O Plenário sugeriu como encaminhamento enviar o documento
218 produzido pelo CRP-MG a respeito do estágio de pós-graduação para as(os)
219 Conselheiras(os). 2) Comunicação Institucional do Sistema Conselhos: O Conselheiro
220 Reinaldo Júnior informou que a proposta do ponto é constituir um comitê consultivo entre
221 os setores de comunicação dos Conselhos Regionais e Federal para assessoramento aos
222 plenários no desenvolvimento de estratégias de diálogo com a categoria e sociedade.
223 Perguntou qual é o posicionamento do Plenário a respeito. O Conselheiro Yghor ressaltou
224 que esta proposta surgiu no XV Plenário para que hajam agendas em comum e
225 alinhamento enquanto Sistema na hora de comunicar com a categoria. A Conselheira
226 Lourdes Machado avaliou como fundamental este alinhamento. Recebimento de denúncia
227 edital do Governo de MG para atendimento nas clínicas escolas de Psicologia: O
228 Conselheiro Luiz Felipe informou que o CRP recebeu denúncia de publicação de edital do
229 Governo de Minas Gerais para atendimento nas clínicas escolas de Psicologia aos
230 servidores públicos de Minas Gerais. Ressaltou a precarização do trabalho uma vez que
231 não haverá o pagamento do serviço. A Conselheira Evely Capdeville informou que o
232 Estado se reuniu no ano anterior com as coordenações de curso e recebeu um retorno
233 quase unânime de que não havia interesse em fazer este atendimento pelas clínicas
234 escolas. Ponderou que não é possível fazer um trabalho de fiscalização, mas uma
235 movimentação política de elaboração de uma nota que trate da precarização do trabalho.
236 Entende que não caberia ao CRP fazê-lo. A precarização das relações de trabalho nas IES
237 já foi denunciada junto ao Ministério Público, porém, não foi dado o andamento esperado. A
238 Conselheira Jéssica Souza sugeriu que fossem ouvidas as instituições envolvidas. A
239 Conselheira Evely Capdeville informou que caso o CRP seja questionado a respeito pode
240 ser dada visibilidade a este documento por meio de Nota. O Conselheiro João Henrique
241 ponderou que uma vez que o Edital já está publicado, propôs em uma articulação com a
242 ABEP e fazer um documento coletivo tratando da precarização do trabalho desenvolvido
243 nas clínicas-escola. Para que se dê um esvaziamento a este Edital e por consequência a
244 necessidade de uma contrapartida financeira pelo Estado. A Conselheira Evely Capdeville
245 sugeriu colocar o link do Ofício enviado ao Ministério Público no site do CRP-MG.
246 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 16 votos favoráveis e 1 abstenção o envio de da
247 solicitação de um posicionamento institucional e a elaboração de nota conjunta. Nada mais
248 havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Luiz Felipe Viana Cardoso, lavrei a presente
249 ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo
250 Horizonte, 09 de abril de 2022.

